

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL

CARGO 1: ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO –
ESPECIALIDADE: GERAL

Prova Discursiva P_4 – Dissertação

Aplicação: 07/07/2024

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

A avaliação de impacto de políticas públicas ou programas sociais é considerada essencial para uma governança eficaz, assegurando a efetividade das intervenções governamentais e a adequada aplicação dos recursos. Tal avaliação direciona as decisões com base em evidências, o que fomenta a transparência e a responsabilidade. A avaliação de impacto vai além da análise custo-benefício, procurando compreender os efeitos diretos e indiretos das políticas, com o objetivo de aprimorar a eficiência e subsidiar o desenvolvimento de novas intervenções que estejam em consonância com as necessidades da população. A realização dessa avaliação em todas as etapas do ciclo de políticas públicas é crucial, pois permite ajustes tempestivos e contribui para a inovação e eficácia a longo prazo. Portanto, argumenta-se que a avaliação de impacto é uma prática indispensável, alinhada aos objetivos de desenvolvimento sustentável e comprometida com a eficiência e a equidade.

A avaliação do impacto de políticas públicas e programas sociais é vital para garantir a eficácia e eficiência de tais políticas e a otimização dos recursos públicos. Esse processo vai além da mensuração de resultados, buscando entender os mecanismos de sucesso ou falha, o que é crucial para decisões informadas e melhorias contínuas. A efetividade dessas iniciativas é fortemente influenciada pelo contexto socioeconômico e pelas características do público-alvo, o que exige adaptações específicas para cada situação. Comparar o impacto esperado (impacto potencial) com o real (impacto efetivo) é essencial para identificar discrepâncias, ajustar estratégias e compreender os motivos dos resultados. Como método de monitoramento contínuo, a avaliação de impacto é chave no ciclo de vida de políticas e programas, fornecendo *feedback* para futuras ações e assegurando que as iniciativas se mantenham relevantes e efetivas diante das mudanças e necessidades sociais. Assim, ela se torna indispensável para contribuir significativamente para o bem-estar social e atender às expectativas da sociedade.

A avaliação do impacto de políticas públicas e programas sociais é destacada como essencial para uma governança eficaz, atuando significativamente tanto internamente nas administrações públicas quanto externamente entre diversas entidades, como o Poder Legislativo, os órgãos de controle e a academia. Essencial para medir eficácia e eficiência, essa avaliação oferece *insights* para o aprimoramento contínuo de políticas. Internamente, facilita o planejamento e a gestão, permitindo ajustes baseados na compreensão dos efeitos das intervenções e promovendo inovação diante de mudanças sociais e econômicas. Externamente, influencia a formulação de políticas, fundamenta debates legislativos, assegura transparência e fomenta a pesquisa acadêmica, beneficiando, também, ONGs e o setor privado em suas iniciativas. Ao prover evidências sobre eficácia, a avaliação de impacto fomenta a colaboração para políticas mais efetivas, promovendo eficiência, equidade e inovação, e maximizando os benefícios sociais.

A avaliação do impacto de políticas públicas e programas sociais é uma ferramenta essencial para garantir a eficácia, a eficiência e o alinhamento das intervenções governamentais com as necessidades da população. A escolha do momento e do método apropriado para realizar essa avaliação é crucial para o sucesso dos programas. As avaliações *ex ante*, feitas antes da implementação, baseiam-se em previsões para ajudar no desenho e na decisão de implementação, por meio da utilização de análises de custo-benefício e modelagem econômica para alocar recursos eficientemente. Já as avaliações *ex post*, realizadas após a implementação, medem os resultados reais por meio do emprego de técnicas como experimentos controlados randomizados e análises de regressão para avaliar a eficácia das intervenções. Existem três momentos cruciais para a avaliação de impacto: antes da implementação, para informar o desenho do programa; durante a implementação, para monitorar o progresso e fazer ajustes; e após a implementação, para analisar os resultados alcançados e a sustentabilidade dos impactos. Uma abordagem integrada, que combina avaliações *ex ante* e *ex post*, não só aumenta a probabilidade de sucesso dos programas, mas também promove a transparência e a responsabilidade governamental, assegurando que as intervenções gerem os benefícios sociais desejados e contribuam para o desenvolvimento sustentável.

Em suma, a avaliação do impacto de políticas públicas e programas sociais é destacada como essencial para uma governança eficaz, promovendo eficiência, eficácia e equidade. Este processo, que vai além da análise de custo-benefício, analisa os efeitos diretos e indiretos das intervenções para melhor responder às necessidades da população. A implementação de avaliações *ex ante* e *ex post*, ao longo do ciclo de vida das políticas, assegura ajustes oportunos e alinhamento com os objetivos de desenvolvimento sustentável. Tal avaliação é crucial tanto internamente, para a gestão das administrações públicas, quanto

externamente, para a formulação de políticas e o fomento à pesquisa. A escolha do momento e do método de avaliação é decisiva para o sucesso dos programas, requerendo uma abordagem integrada que contribui significativamente para o bem-estar social. Assim, a avaliação de impacto se estabelece como uma prática indispensável, garantindo intervenções governamentais sustentáveis e eficazes e promovendo um legado de inovação para futuras gerações.

QUESITOS AVALIADOS

QUESITO 2.1 Por que, para que e quando fazer a avaliação de impacto de políticas públicas ou de programas sociais?

Conceito 0 – Não se posicionou em relação a nenhum dos três questionamentos.

Conceito 1 – Posicionou-se explicitamente em relação a apenas um dos três questionamentos, de forma superficial, sem justificá-lo ou tendo-o justificado incoerentemente.

Conceito 2 – Posicionou-se explicitamente em relação a apenas um dos três questionamentos, tendo-o justificado coerentemente **OU** posicionou-se explicitamente em relação a apenas dois dos três questionamentos, de forma superficial, sem justificá-los ou tendo-os justificado incoerentemente.

Conceito 3 – Posicionou-se explicitamente em relação a apenas dois dos três questionamentos, tendo justificado coerentemente apenas um deles **OU** posicionou-se explicitamente em relação aos três questionamentos, sem justificá-los ou tendo-os justificado incoerentemente.

Conceito 4 – Posicionou-se explicitamente em relação a apenas dois dos três questionamentos, tendo-os justificado coerentemente **OU** posicionou-se explicitamente em relação aos três questionamentos, tendo justificado coerentemente apenas um deles.

Conceito 5 – Posicionou-se explicitamente em relação aos três questionamentos, tendo justificado coerentemente apenas dois deles.

Conceito 6 – Posicionou-se explicitamente em relação aos três questionamentos, tendo-os justificado coerentemente.

QUESITO 2.2 Interação entre o impacto desses programas ou políticas; contexto socioeconômico; características específicas do público-alvo beneficiário; comparação entre impacto potencial e impacto efetivo; avaliação de impacto como método de monitoramento

Conceito 0 – Não discorreu sobre o tema ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Discorreu adequadamente sobre apenas um dos seguintes aspectos: (i) interação entre o impacto desses programas ou políticas; (ii) contexto socioeconômico; (iii) características específicas do público-alvo beneficiário; (iv) comparação entre impacto potencial e impacto efetivo; (v) avaliação de impacto como método de monitoramento.

Conceito 2 – Discorreu adequadamente sobre apenas dois dos aspectos anteriormente listados.

Conceito 3 – Discorreu adequadamente sobre apenas três dos aspectos anteriormente listados.

Conceito 4 – Discorreu adequadamente sobre apenas quatro dos aspectos anteriormente listados.

Conceito 5 – Discorreu adequadamente sobre os cinco aspectos anteriormente listados.

QUESITO 2.3 Importância da avaliação do impacto para uso interno, pela administração pública, com o objetivo de refinar o planejamento e a gestão da política ou do programa em análise

Conceito 0 – Não discorreu sobre o tema ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Discorreu sobre a avaliação do impacto para uso interno, de forma superficial, sem desenvolver o aspecto.

Conceito 2 – Discorreu sobre o impacto para uso interno, de forma parcialmente correta ou insuficiente.

Conceito 3 – Discorreu adequadamente sobre a avaliação do impacto para uso interno.

QUESITO 2.4 Importância da avaliação do impacto para o uso externo, por entidades como o Poder Legislativo, os órgãos de controle, a comunidade acadêmica, entre outros grupos, visando à elaboração e ao aprimoramento de políticas ou programas com características similares

Conceito 0 – Não discorreu sobre o tema ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Discorreu sobre a avaliação do impacto para uso externo, de forma superficial, sem desenvolver o aspecto.

Conceito 2 – Discorreu sobre o impacto para uso externo, de forma parcialmente correta ou insuficiente.

Conceito 3 – Discorreu adequadamente sobre a avaliação do impacto para uso externo.

QUESITO 2.5 Métodos de avaliação de políticas públicas e programas sociais, abordagens *ex ante* e *ex post* e três momentos cruciais da execução de uma política pública ou programa social nos quais a avaliação de impacto é pertinente

Conceito 0 – Não abordou o tema ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Abordou adequadamente apenas um dos seguintes aspectos: (i) métodos de avaliação de políticas públicas e programas sociais; (ii) abordagem *ex ante*; (iii) abordagem *ex post*; (iv) primeiro momento crucial da execução; (v) segundo momento crucial da execução; (vi) terceiro momento crucial da execução.

Conceito 2 – Abordou adequadamente apenas dois dos aspectos anteriormente listados.

Conceito 3 – Abordou adequadamente apenas três dos aspectos anteriormente listados.

Conceito 4 – Abordou adequadamente apenas quatro dos aspectos anteriormente listados.

Conceito 5 – Abordou adequadamente apenas cinco dos aspectos anteriormente listados.

Conceito 6 – Abordou adequadamente os seis aspectos anteriormente listados.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL

CARGO 1: ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO –
ESPECIALIDADE: GERAL

Prova Discursiva P_4 – Questão

Aplicação: 07/07/2024

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

- 1 Eliminar o déficit público tornou-se essencial para o combate à inflação, após os vários planos de estabilização monetária malsucedidos anteriores à implantação do Plano Real, em junho de 1994. ~~No total, antes do Plano Real, o Brasil passou por cinco planos: Plano Cruzado (fevereiro de 1986); Plano Bresser (junho de 1987); Plano Verão (janeiro de 1989); Plano Collor 1 (março de 1990); e Plano Collor 2 (janeiro de 1991). Esses~~ Os planos anteriores, em finais dos anos 80 e início dos anos 90, tiveram relativo sucesso inicialmente, mas fracassaram posteriormente. ~~Todos eles~~ Estes eram baseados em âncoras cambiais, congelamento de preços ou ambos, com elevado conteúdo de intervenção governamental, direta ou indireta, na determinação dos preços. A equipe do Plano Real diagnosticou duas causas centrais para a inflação brasileira: 1) os déficits recorrentes e 2) a inflação inercial. Para atacar a primeira causa, adotaram-se, de um lado, o **Programa de Ação Imediata (PAI)**, que visava corte de gastos públicos, recuperação de receitas, austeridade no relacionamento com estados e municípios, ajustes nos bancos estaduais, redefinição das funções dos bancos federais e privatizações, bem como o **Fundo Social de Emergência (FSE)**, concebido para aumentar a arrecadação tributária e flexibilizar as receitas da união. Para combater a inércia inflacionária, de outro lado, criou-se a Unidade Real de Valor (URV), convertendo preços e valores contratuais para uma cotação atualizada diariamente, ao longo de um período de quatro meses antes mesmo da implantação da nova moeda. É importante ressaltar que a abertura comercial (eliminação das barreiras não tarifárias e queda das tarifas de importação), a política de privatização e o combate ao déficit público não sofreram descontinuidade na transição do governo Collor para o governo de Itamar Franco, o que contribuiu com a estabilização monetária pós-implantação do Plano Real. Contudo, observou-se um déficit público elevado, que, associado ao desaparecimento do imposto inflacionário, gerou um aumento da dívida pública. Este seria o paradoxo da estabilidade. A situação fiscal posterior à estabilização foi marcada, entre outras coisas, por uma grave crise financeira dos estados. Portanto, a inflação elevada auxiliava o controle fiscal governamental, mas, nos anos posteriores à implantação do Real, isso não foi mais factível. Em 1999, a política cambial tornou-se flutuante, o que exigiu a mudança da política de estabilização baseada na âncora cambial para o regime de metas inflacionárias. Assim, a estabilização da moeda se basearia no tripé macroeconômico - meta de inflação, câmbio flutuante e superávit primário (saldo entre as receitas e as despesas, excluindo o pagamento de juros da dívida). Ademais, para contornar o problema fiscal generalizado, foi promulgada, em 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), visando regulamentar a gestão fiscal, as responsabilidades e o uso dos recursos financeiros dos poderes e dos entes públicos, bem como dos integrantes da administração indireta. Com esta nova legislação, haveria maior controle da administração das contas públicas e, conseqüentemente, melhoria da questão fiscal. Em 2016, a regra do teto dos gastos é criada, com o objetivo de evitar que a despesa crescesse mais que a inflação.
- 2 Os instrumentos de política econômica heterodoxos são aqueles que buscam controlar a inflação no âmbito do nível dos preços, normalmente baseados em congelamentos de preços, de tarifas públicas e de câmbio. Os instrumentos de política econômica ortodoxos são aqueles que buscam controlar a inflação por intermédio de variáveis econômicas que interferem no nível de atividade econômica do país, como o aumento da taxa de juros, que reduz o consumo e, conseqüentemente, o nível de preços. Enquanto os instrumentos heterodoxos interferem diretamente nos preços, os instrumentos ortodoxos interferem indiretamente, reduzindo o nível de atividade econômica, que tem impacto na redução dos preços. Dependendo do plano econômico, é possível ter uma abordagem mais heterodoxa do que ortodoxa, ou vice-versa. Cada plano tinha o seu formato específico.
- 3 O Plano Real pode ser dividido em três etapas. (i) A primeira etapa tinha como função promover o ajuste fiscal, estabelecendo um conjunto de medidas para reduzir os gastos públicos e aumentar a sua eficiência. Para tanto, foram definidos dois esforços. O primeiro era o Programa de Ação Imediata (PAI), estabelecido em 1993, que visava redefinir a relação federativa entre União, estados e municípios, bem como rever a relação do Banco Central do Brasil com os bancos federais e estaduais. Buscava-se estabelecer novos tributos e um acordo de dívida externa junto ao FMI e aos

credores internacionais. O segundo esforço aconteceu pela constituição do Fundo Social de Emergência (FSE), aprovado em fevereiro de 1994, com a intenção de desvincular as receitas do governo federal, dando maior flexibilidade aos gastos da União. (ii) A **segunda etapa** ocorreu em março de 1994 com a implantação da Unidade Real de Valor (URV), que tinha a finalidade de ajustar os preços da economia antes mesmo que a moeda fosse criada, no intuito de conter a inflação inercial. Procurava-se a criação estável de valor que fosse responsável pela desindexação da economia. (iii) A **terceira e última etapa**, além de introduzir a nova moeda — o real —, em 1.º de julho de 1994, estabeleceu as regras de emissão e lastreamento de forma a permitir a estabilidade monetária do sistema. Para isso, três medidas sobrepostas foram apresentadas. A primeira definiu a paridade cambial entre o real e o dólar, lastreando a oferta monetária doméstica em reservas cambiais. A segunda efetuou o controle da expansão da base monetária, fixando limites máximos por trimestres até março de 1995, podendo ser as metas revistas em até 20%. Por fim, para conceder maior autonomia ao Banco Central do Brasil, mudanças institucionais foram introduzidas no funcionamento do Conselho Monetário Nacional.

QUESITOS AVALIADOS

QUESITO 2.1

Conceito 0 – Não abordou o quesito ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Abordou o quesito apenas de forma superficial, sem desenvolvê-lo.

Conceito 2 – Desenvolveu o quesito de forma parcialmente incorreta ou insuficiente, tendo abordado adequadamente apenas o período anterior ou posterior ao Plano Real.

Conceito 3 – Desenvolveu o quesito abordando tanto o período anterior quanto o posterior ao Plano Real, porém cometeu equívoco(s) pontual(is) na explanação.

Conceito 4 – Desenvolveu o quesito de forma totalmente correta e suficiente, abordando tanto o período anterior quanto o posterior ao Plano Real.

QUESITO 2.2

Conceito 0 – Não abordou o quesito ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Abordou o quesito apenas de forma superficial, sem desenvolvê-lo.

Conceito 2 – Desenvolveu o quesito de forma parcialmente incorreta ou insuficiente, tendo abordado adequadamente apenas um dos tipos de instrumentos.

Conceito 3 – Desenvolveu o quesito abordando ambos os instrumentos, porém cometeu equívoco(s) pontual(is) na explanação.

Conceito 4 – Desenvolveu o quesito de forma totalmente correta e suficiente, abordando adequadamente ambos os instrumentos.

QUESITO 2.3

Conceito 0 – Não abordou o quesito ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Limitou-se a mencionar que foram três etapas, sem explicar corretamente nenhuma delas.

Conceito 2 – Explicou, corretamente, apenas uma das etapas.

Conceito 3 – Explicou, corretamente, apenas duas das etapas.

Conceito 4 – Explicou, corretamente, as três etapas.